

Artigos

O potencial do arquivo Jorge Zahar para os estudos do campo editorial e a escrita da história

El potencial del archivo Jorge Zahar para los estudios en el campo editorial y la escritura de la historia

The potential of Jorge Zahar's archive for studies in the editorial field and the writing of history

Marco Aurelio Fiochi¹

¹ Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais, Botafogo, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

RESUMO

Neste artigo, analisamos a constituição do arquivo pessoal do editor brasileiro Jorge Zahar, especializado em publicações de ciências humanas e sociais cujo caráter formativo contribuiu para a familiarização do leitor comum com essas áreas, ao passo que propiciaram a atualização do campo acadêmico em relação a teorias e debates que circulavam internacionalmente na segunda metade do século XX. O arquivo, pertencente ao Acervo da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC), é composto de documentos textuais e iconográficos que abordam, entre outros aspectos, a prática do editor; a rede de sociabilidade internacional que estabeleceu com profissionais de seu campo e da academia; e seu trânsito em eventos do mercado editorial. Parte dessa documentação foi disponibilizada digitalmente à consulta pública, em 2023. Como um estudo de caso complementar à abordagem do arquivo, nos detemos em dois artefatos documentais, utilizando-nos da etnografia de documentos e arquivos como metodologia para analisar seus contextos de produção, agenciamentos, circulação social e usos.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Jorge Zahar; Etnografia.

RESUMEN

En este artículo, analizamos la constitución del archivo personal del editor brasileño Jorge Zahar, especializado en publicaciones de humanidades y ciencias sociales, cuyo carácter formativo contribuyó a familiarizar al lector común con estas áreas, al mismo tiempo que proporcionó la actualización del campo académico en relación con teorías y debates que circularon internacionalmente en la segunda mitad del siglo XX. El archivo, perteneciente a la Colección Facultad de Ciencias Sociales de la Fundación Getulio Vargas (FGV CPDOC), está compuesto por documentos textuales e iconográficos que abordan, entre otros aspectos, la práctica del editor; la red de sociabilidad internacional que estableció con profesionales de su campo y de la academia; y su tránsito en eventos del mercado editorial. Parte de esta documentación es disponible digitalmente para consulta pública desde 2023. Como estudio de caso complementario del enfoque de archivo, nos enfocamos en dos artefactos documentales, utilizando la etnografía de documentos y archivos como metodología para analizar sus contextos de producción, agencia, circulación y usos sociales.

Palabras clave: Archivo personal; Jorge Zahar; Etnografía.

ABSTRACT

In this article, we analyze the constitution of the personal archive of the Brazilian editor Jorge Zahar, specialized in publications in the humanities and social sciences, whose formative character contributed to familiarizing the common reader with these areas while providing an update on the academic field in relation to theories and debates that circulated internationally in the second half of the twentieth century. The file, belonging to the Getulio Vargas Foundation School of Social Sciences Collection (FGV CPDOC), is composed of textual and iconographic documents that address, among other aspects, the editor's practice; the international sociability network he established with professionals in his field and academia; and its transit in events of the editorial market. Part of this documentation is digitally available for public consultation since 2023. As a complementary case study of the archive approach, we focus on two documentary artifacts, using the ethnography of documents and archives as a methodology to analyze their production contexts, agencies, social circulation, and uses.

Keywords: Personal archive; Jorge Zahar; Ethnography.

1 INTRODUÇÃO

O acesso ao arquivo pessoal de Jorge Zahar (1920-1998) é, sem dúvida, um acontecimento cultural, em 2023, já que são poucos os arquivos editoriais (de editores e de suas casas publicadoras) abertos à consulta pública no país. Tais arquivos se constituem não apenas como repositórios de documentos de interesse à pesquisa sobre o campo da edição no Brasil, mas também como um bem cultural que se insere na sociedade como um patrimônio, ao reconstituir, de acordo com a concepção do antropólogo Gustavo Sorá (2015), uma parte da história da cultura impressa do país. São também espaços privilegiados para se projetar reflexões sobre a nosso processo civilizatório, ao aludir a temas de interesse da teoria social, como a formação cultural brasileira, o pensamento social e a contribuição dos intelectuais.

Doado por herdeiros à Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC), em 2020, é o primeiro fundo arquivístico de um editor a integrar o acervo da instituição, que se notabilizou, ao longo de 50 anos, pela guarda de arquivos pessoais de homens públicos. Parte das 6.000 páginas de informações textuais e iconográficas que compõem o arquivo Zahar foi disponibilizada, em formato digital, em dezembro de 2023, na área Acervo do site, que contempla cerca de 200 outros fundos.¹ O evento guarda semelhança com a incorporação da documentação da lendária José Olympio Editora pela Fundação Biblioteca Nacional, em 2006, também o primeiro arquivo editorial a configurar em seu acervo (Sorá, 2015), destarte a diferença referente ao volume de documentos entre os dois fundos.

Os documentos textuais que integram o arquivo Jorge Zahar se apresentam em formatos como manuscritos, datiloscritos, impressos, fax, telegramas e e-mails. Os tipos de documentos reunidos são correspondências, anotações, reportagens, artigos, livros, catálogos, planos de

¹ <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>

publicações e coleções, programas editoriais, pareceres sobre originais, resenhas de obras publicadas, panfletos de divulgação de lançamentos, listas de obras e de valores de produção, listas de preços ao consumidor, documentos contábeis, cartões de visita, cartões comemorativos, listas temáticas, poemas e letras de canções, diplomas, discursos, convites de lançamentos de livros, notas de pesar e condolências. Os documentos iconográficos do conjunto são, em sua maioria, fotografias impressas e negativos, além de caricaturas, desenhos, esboços e cartões-postais.

Na primeira parte do artigo sintetizamos a trajetória de Zahar e analisamos sua prática relacionada à edição de livros, que compreende os processos de criação de publicações e coleções; e a rede de sociabilidade que estabeleceu com profissionais do mercado editorial e do campo acadêmico. Para tanto recorreremos ao acervo bibliográfico acerca desse personagem, que compreende trabalhos acadêmicos e livros surgidos a partir dos anos 2000. Estes volumes confirmam o interesse documental e memorialístico que sua atuação e legado despertam. Também abordamos os processos de constituição do arquivo pessoal, as sucessivas ações de organização dos documentos para usos diversos e aprofundamos a compreensão dos itens que compõem esse fundo.

Na segunda parte, fazemos uma aproximação com o arquivo por meio da análise de dois documentos que o integram, o datiloscrito “As palavras e a história”, de autoria do jornalista e escritor Antonio Callado, sem data e local de criação, e o relatório confidencial “Considerações sobre Editôras Brasileiras”, datado de 1971 e produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, cujas imagens são reproduzidas nas páginas seguintes. O objetivo é apresentar esses documentos, que consideramos itens de primeira ordem do arquivo Jorge Zahar, ou seja, artefatos documentais avaliados como os mais importantes de um arquivo, entre outros aspectos pela relevância de seu conteúdo, pelo contexto e período em que foram produzidos e por sua capacidade de iluminar questões políticas, sociais, culturais, econômicas ou de outra natureza e, desta forma, contribuir para a pesquisa e a escrita da história.

Para a análise dos documentos citados, estabelecemos diálogo com a aplicação da etnografia na pesquisa em arquivos, que se coloca como uma forma crítica de analisar os artefatos documentais, sua produção, circulação, usos e descartes. Trata-se de um procedimento metodológico, como conceitua o antropólogo Lucas Freire (2021), que visa investigar como,

por que, por quem os documentos são produzidos e mobilizados nos mais diferentes contextos, a fim de desnaturalizar seu estatuto de prova dos fatos e apontar seu caráter de construção social da realidade.

2 ZAHAR: O EDITOR TOTAL

Jorge Zahar foi reconhecidamente um personagem central no campo editorial brasileiro da segunda metade do século XX. Ao longo de 50 anos de atividade, tanto no mercado livreiro quanto à frente das companhias Zahar Editores, de 1956 a 1984, e Jorge Zahar Editor, de 1985 a 1998, constituiu um catálogo de obras de inegável importância para a história cultural e das ideias no país. O editor iniciou sua atuação ao lado do irmão Ernesto Zahar em uma importadora e distribuidora de livros, no final da década de 1930. Essa experiência no mercado livreiro foi a base para a constituição da sociedade entre os irmãos Zahar (Jorge, Ernesto e Lucien) na criação, em 1946, da Livraria Ler, primeiramente situada na Rua Rodrigo Silva e, em seguida, na sede definitiva, na Rua México, 31, no centro do Rio de Janeiro.

Por sua proximidade geográfica com a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, surgida em 1939, a livraria passou a ser frequentada pelo público universitário, o que definiu seu nicho de mercado. A consolidação como livreiros impulsionou os Zahar a expandir os negócios com uma filial da livraria no centro de São Paulo, em 1949, e a criação da sua própria editora, a Zahar Editores, em 1956. A ideia da editora foi de Jorge, que, além das rotinas de edição, comandava todo o planejamento e operacionalização do negócio, assumindo assim o perfil de um editor total, cuja atuação se estendia aos vários processos que compõem a produção editorial. Ernesto continuou à frente da atuação da família como livreiros, conforme detalha o jornalista Paulo Roberto Pires, no perfil biográfico do editor (Pires, 2017).

Em Ferreira (2001, p. 33), Zahar situa o contexto social e histórico do surgimento de seu negócio: “E a editora era um produto de Juscelino, era um produto da política de substituição de importações. O raciocínio é muito simples. Se você tem que fazer automóveis nacionais, tem que fazer também livros”. Ao aumento da capacidade produtiva do país somou-se a expansão da oferta do ensino universitário, fenômeno que ganhou maior contorno com a Reforma do Ensino Superior, em 1968. Os cursos que se abriram no período, especialmente os da área de ciências humanas, vieram acompanhados da demanda por publicações de caráter científico

com maior rigor metodológico, bem como pela atualização do país em relação aos debates e teorias que circulavam internacionalmente (Nóbrega, 2019).

Seguindo o nicho conquistado pela livraria, a editora especializou-se na tradução de publicações acadêmicas nas áreas de ciências sociais e humanas, que, lançadas no mercado editorial internacional em seu idioma original, não estavam disponíveis em língua portuguesa. A opção pelas traduções também ocorreu, entre outros motivos, por certa dificuldade da editora em se aproximar da elite intelectual brasileira nos primeiros anos de trabalho (Pires, 2017).

O próprio Zahar comenta, em Ferreira (2001), sobre essa questão. Segundo o editor, a ideia inicial da editora era publicar uma coleção de 11 livros, com textos de professores universitários do Rio e de São Paulo, que abarcassem as disciplinas do curso de ciências econômicas. Encomendados, esses textos nunca foram entregues. A aproximação da editora com o campo acadêmico brasileiro se estabeleceu gradualmente, em parte pelas relações que o editor construiu com professores e pesquisadores universitários e, em parte, pela legitimação decorrente da qualidade das obras editadas. Nas décadas de 1970 e 1980, a editora ganhou escala e representatividade, estabelecendo uma interlocução mais duradoura com programas de pós-graduação em ciências humanas e sociais.

Desde o começo da atividade como editor, Zahar entendeu o livro como ferramenta de transformação (o que se expressava, por exemplo, no slogan da editora, “A cultura a serviço do progresso social”), e o editor não como um intelectual, mas como um profissional sensível aos fenômenos culturais de seu tempo. Em sua visão as publicações não deviam se restringir a um público único e, sim, serem o mais acessível possível. Dessa forma, estabeleceu estratégias de aproximação de seus livros com o leitor não especializado. Os títulos originais de obras em outras línguas nem sempre eram aproveitados na edição em português. Por vezes, o editor criava outros títulos lançando mão de termos como “manual” e “dicionário”, para reforçar o caráter de obras de interesse geral. As coleções temáticas também eram nomeadas como “bibliotecas” e “textos básicos”. Nos comunicados de lançamento à imprensa, inicialmente elaborados pelo próprio Zahar, eram ressaltados o caráter de formação das obras, sua clareza didática e ausência de tecnicismos, bem como o fato de serem livros para a familiarização do leitor com o tema tratado.

Os negócios dos Zahar se complementavam, sendo a livraria o principal ponto de venda da editora, numa bem montada estratégia de produção, promoção e comercialização de livros que se configurou como um modelo compartilhado por outros grupos do setor que surgiram no mesmo período. A sociedade entre os irmãos durou até 1973, quando, por desentendimentos, foi encerrada. Ernesto continuou com a livraria e Jorge manteve a editora com a entrada de um sócio capitalista, a Guanabara Koogan, do editor Pedro Lorch, que, em 1984, adquiriu o total das ações e o catálogo de cerca de 1.200 obras da Zahar Editores (Pires, 2017).

Depoimento concedido pelo editor em 1996, publicado em Ferreira (2001), aponta a forma como Jorge Zahar via sua função social e papel como mediador cultural (Sorá, 2015), especialmente no contexto brasileiro da metade do século XX, quando iniciou sua atividade, em que o desenvolvimento social se dava em meio a um enorme déficit educacional e cultural:

A Zahar Editores se manteve fiel a seu projeto de fazer livros de ciências sociais. [...] É óbvio que procurei sempre publicar autores marxistas, quando se tratava de ciência política, mas sempre autores ocidentais e não autores soviéticos. É bom chamar a atenção para isso, pois, é claro, que eu me interessava em livros de autores que tinham liberdade pra dizer isto ou aquilo. (Ferreira, 2001, p. 34).

[...]

Eu tinha consciência da importância de publicar textos de ciências sociais. Sou um editor que tenho consciência da minha função social, mas sei também que é função minha pagar os autores. Pagar os autores, pagar o impressor, pagar o papelheiro – eu tenho que vender o livro [...]. (Ferreira, 2001, p. 36).

[...]

[...] Desculpe a ênfase, mas eu faço muita questão disso, ser totalmente independente, inclusive partidariamente. Não é pelo fato de eu ter ideias socialistas que eu só faria livros socialistas. [...] Mas livros de contestação ao marxismo, de caráter universitário, científico, perfeito, editei vários. Também publiquei autores antimarxistas.

Minha ênfase maior caía, porém, sobre os livros marxistas, e aí prevalecia também uma razão de mercado. Esses livros tinham mais mercado que os livros antimarxistas, coisa que já não acontece mais. (Ferreira, 2001, p. 37-8).

Percebe-se pelos trechos selecionados que, embora argumentada sob o ponto de vista da sustentabilidade do negócio perante as imposições do mercado, o pensamento editorial de Zahar, que teve como decorrência a formação do catálogo de sua editora, era influenciado por um posicionamento político bem demarcado, o de imparcialidade no debate entre ideologias antagônicas, o capitalismo e o comunismo, que se travava no tempo histórico da atuação inicial do editor.

Essa percepção nos remete à noção de campo, elaborada por Pierre Bourdieu (2004, p. 20), segundo a qual o “mundo social” em que se inserem os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem uma determinada disciplina científica é regido em dada medida por “leis sociais” específicas, o que configura o caráter de um microcosmo dotado de certa autonomia interna. Esta autonomia, porém, é “parcial” e não está isenta das pressões e imposições externas, que correspondem ao macrocosmo da sociedade.

O primeiro livro editado pela Zahar, em 1957, o *Manual de Sociologia*, tradução de original em inglês de autoria dos acadêmicos Jay Rumney e Joseph Maier, do Instituto de Pesquisa Social (Escola de Frankfurt), deu início à Biblioteca de Ciências Sociais, uma das várias coleções lançadas pela editora. A esse marco, sucederam outros livros e coleções, como *História da Riqueza do Homem*, de 1962, de Leo Huberman, autor ligado à *Monthly Review*, publicação de esquerda com grande ressonância na intelectualidade do período. Considerado pelo editor como o seu best-seller, o livro teve mais de 300 mil cópias vendidas, 20 edições e diversas reimpressões, comprovando o êxito da aposta de Zahar em concentrar sua linha editorial em publicações de fundo de catálogo, que mantêm um ritmo lento, porém, constante de vendagem ao longo dos anos. Por outro lado, o editor não abria mão do lançamento de livros que oferecessem análises imediatas de acontecimentos históricos (*os instant books*), como *Cuba: anatomia de uma revolução*, ensaio lançado poucos meses depois da Revolução Cubana, em 1958, de autoria de Huberman e Paul Sweezy, também ligado à *Monthly Review*. (Nóbrega, 2019).

Alguns procedimentos pioneiros da editora foram a contratação de um agente literário, o judeu alemão Erwin Bloch, para a negociação de direitos de publicação de obras com editoras europeias. A opção por trabalhar apenas com tradutores profissionais e revisores técnicos especialistas nos temas das publicações também foi um distintivo dos primeiros anos da Zahar. Entre os tradutores que mantiveram uma relação profissional e pessoal duradoura com o editor destaca-se Octavio Alves Velho, responsável pela versão para o português de mais de 100 obras estrangeiras, de autores como o psicanalista alemão Erich Fromm, um dos escritores mais publicados pela editora. Outro aspecto diferencial do editor era a escolha de interlocutores para aconselhá-lo na seleção de obras para publicação. Para Zahar, era importante contar com pesquisadores experientes, mas também apostar nas avaliações de acadêmicos em começo de carreira, a exemplo dos irmãos Otávio Guilherme e Gilberto Velho, Moacir Palmeira e Antonio

Roberto Bertelli, que a partir dos anos 1960, no decorrer de sua formação em sociologia, passaram a pesquisar originais de autores que sinalizavam uma renovação no campo acadêmico, além de organizar obras e coordenar coleções como a Textos Básicos de Ciências Sociais (Pires, 2017).

De acordo com Nóbrega (2019), a atuação da Zahar Editores, entre 1957 e 1984, foi decisiva para a consolidação das publicações acadêmicas como gênero editorial no país. O desenvolvimento da editora pode ser avaliado por meio da diversidade de obras e áreas científicas do catálogo e da importância dos autores e trabalhos publicados ao longo dos anos para o desenvolvimento desse campo. A trajetória também pode ser vista pela forma como as publicações da Zahar não só permearam os temas que marcaram os debates de sua época, como os anos de autoritarismo no Brasil, a questão agrária, a habitação, os problemas urbanos, a emancipação feminina, mas também foram ferramentas para a abordagem de questões amplas da cultura e da sociedade, especialmente nas coleções de antropologia social e psicanálise.

Até 1984, quando encerrou as atividades, a Zahar Editores havia publicado cerca de 1.200 títulos e lançado coleções temáticas nas áreas de ciências sociais, história, economia, direito, filosofia, educação, psicologia, psicanálise, história da arte, teatro, música, entre outras. A formação deste catálogo foi tema de trabalhos acadêmicos como os de Azevedo (2018) e Nóbrega (2019), que, entre outras fontes de pesquisa, utilizaram-se de um dos principais documentos do arquivo pessoal: o caderno chamado por Zahar de “Livro”, em que anotava manualmente o número de títulos lançados, reeditados e reimpressos, ano a ano, com dados sobre as tiragens e os casos em que havia coedição. Este volume se encontra entre os documentos doados à FGV CPDOC.

A partir de 1985, em associação com os filhos Ana Cristina Zahar e Jorge Zahar Filho, o editor criou a Jorge Zahar Editor (JZE), dando início à última etapa de sua atuação, marcada pela diversificação da linha editorial, que ampliou as áreas de interesse, a exemplo da ópera e música clássica, e intensificou a cobertura de outras que já faziam parte do catálogo, como a psicanálise (com a criação da coleção Campo Freudiano no Brasil e a edição da obra do psicanalista francês Jacques Lacan). A nova editora fortaleceu a interlocução com o campo acadêmico, com uma política sistemática de lançamentos de pesquisadores oriundos de programas de pós-graduação, em coleções como Antropologia Social, coordenada por Gilberto

Velho. Assim, passou a ser considerada uma editora de perfil cultural e investiu na publicação de autores brasileiros, como Luiz Alfredo García-Roza (autor de sete livros na área da psicanálise), Silviano Santiago, Alfredo Bosi, Gerd Bornheim, Eduardo Viveiros de Castro e Hermano Vianna. Nas palavras do sociólogo Sergio Miceli, a atuação de Zahar caracterizou-se por uma atividade editorial “com desdobramentos pedagógicos e efeitos civilizadores”. (Ferreira, 2001, p. 19).

3 O ARQUIVO ZAHAR

O arquivo Jorge Zahar pode ser caracterizado como póstumo, concepção que direciona o entendimento acerca da forma de acúmulo dos itens que compõem o conjunto, sua procedência e o tipo de documentação que se resolveu preservar. Não se trata de um arquivo constituído de forma intencional por seu titular ao longo da trajetória de vida e atuação, com o objetivo de construção de memória e legado ou com o intuito de disponibilizar acesso a documentos que contribuam para o entendimento sobre episódios da história. Evidentemente que os documentos foram em grande parte produzidos pelo titular, mas sua preservação se deveu, em nosso entendimento, mais a um fator ligado ao rigor metodológico com que documentava meticulosamente cada passo de sua atuação, cioso que era do controle das etapas do processo de produção de livros por sua editora, do que propriamente em razão de uma intenção precípua, de sua parte, de posteridade.

Assim, a tarefa de construção de memória e legado de Jorge Zahar por meio do arquivo coube aos seus herdeiros, em uma ação direcionada de reunião de documentos de naturezas e propriedades diversas. Esta é a origem do arquivo pessoal em questão. Trata-se, portanto, de uma construção coletiva, da qual o titular, em razão de sua própria finitude, foi agente passivo. Acumulados ao longo da trajetória de Zahar, os documentos, especialmente os de caráter profissional, tinham como lugar de guarda original o escritório que sediou a editora, na sobreloja da Livraria Ler. A constatação da existência e a primeira coleta dessa massa documental em seu lugar de guarda se deram logo após o falecimento do titular, em 1998. Naquele momento, houve um primeiro uso dos documentos, para a elaboração de um comunicado institucional da editora à imprensa.

A formação do arquivo propriamente dito é decorrência da organização dos documentos a fim de apresentá-los na exposição em homenagem aos dez anos de falecimento do editor,

realizada no Shopping Leblon, no Rio de Janeiro, em 2008.. Uma segunda organização dos documentos, mais sistemática, foi realizada, em 2010, pela neta Mariana Zahar. Outra organização efetivou-se na pesquisa para a edição do perfil biográfico do editor, o volume Pires (2017), em comemoração aos 60 anos da editora. Nesse momento, aos documentos anteriormente coletados e organizados vieram se somar os de caráter particular guardados na residência dos Zahar, em Copacabana.²

Ao dar continuidade ao núcleo original do arquivo, depreende-se a intenção dos herdeiros de reforçar, por meio dos documentos, a importância da biografia do titular, seja no âmbito pessoal, seja no profissional e, conseqüentemente, na esfera pública. Esse projeto culmina, sem dúvida, com a doação do arquivo à FGV CPDOC. O ato de tornar públicos os documentos que embasaram as ações anteriores, por meio da integração ao acervo dessa instituição, concorrem para a ampliação de seu alcance na esfera coletiva e contribuem, em nossa visão, para a reafirmação desse legado para além do circuito cultural, conclamando o interesse acadêmico pelo conjunto.

Com relação aos documentos textuais do arquivo, o maior volume circunscreve o período a partir de 1985, quando, junto de seus filhos, o titular fundou a Jorge Zahar Editor. Os registros avançam cronologicamente até o ano de 2001, posterior ao falecimento de Zahar, quando no papel de editor figurava Ana Cristina Zahar. Assim, a documentação se concentra em várias questões relativas à produção dos livros nesta última formação editorial. Evidentemente que há documentos textuais anteriores a esse período, porém, a ausência de um volume maior de documentação dos tempos digamos pioneiros da editora nos leva a refletir que de fato o editor não tinha a intenção de constituir memória por meio de documentos, senão uma amostragem mais extensa teria sido preservada.

Julgamos que os documentos reunidos são em dada medida fragmentários, episódicos, legando certa aleatoriedade ao conjunto. Por exemplo: os itens alusivos a publicações de livros e coleções não mostram processos inteiros, do começo ao fim, o que torna difícil entender seus contextos de produção, pois há ausência de registros que caracterizariam de maneira mais evidente as etapas, seus desdobramentos e resultados. Entendemos que esta seja uma carac-

² As informações sobre os processos de constituição e organização do arquivo pessoal de Jorge Zahar, bem como a relação dos itens e suas tipologias, foram coletadas em documentos internos da FGV CPDOC, franqueados à consulta do pesquisador, porém não disponíveis publicamente.

terística própria dos arquivos pessoais, em que muitas vezes os documentos são indiciários, deixando lacunas e interrogações complementares.

Entre os itens de destaque do fundo estão documentos textuais de teor profissional, a exemplo de correspondências sobre negociações para a obtenção de direitos de publicação, em língua portuguesa, de obras estrangeiras de autores consagrados, especialmente das escolas inglesa, alemã e francesa das ciências sociais e humanas. Essas correspondências trazem informações sobre os contatos e trocas comerciais e pessoais de Zahar com editores, tradutores, agentes literários, escritores e outros profissionais do campo da edição, e documentam seu trânsito em eventos do setor como a Feira de Frankfurt, mapeando, de certa forma, a extensão da rede de sociabilidade do editor. Também fornecem uma amostragem de seu pensamento acerca dos problemas do mercado editorial nacional, além da visão arguta sobre a vida brasileira na segunda metade do século XX e sua expressão na política, economia, cultura e sociedade.

O fundo possui um número considerável de documentos iconográficos, em sua maioria fotografias, mas também caricaturas, cartões-postais e peças gráficas relativas aos livros da editora Zahar. Os itens compõem uma extensa cobertura fotográfica do titular, desde sua tenra infância até o fim da vida, em situações pessoais e de trabalho diversas, a exemplo de interações com personagens de seu campo nas Feiras de Frankfurt de 1982, 1988, 1994, 1996; na Feira do Livro de Lisboa, 1967; e no Salão do Livro de Paris, 1998, em que recebeu sua última láurea em vida, o título de Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres pelo Ministério da Cultura francês. As fotos têm tamanhos variados (incluindo o retrato 3x4, mas também os formatos maiores) e de certa forma documentam o avanço da tecnologia de reprodução fotográfica (desde o p&b das fotos mais antigas até os registros mais ordinários, com o filme Kodak colorido). A ênfase na reconstituição biográfica expressa na composição do arquivo extravasa a representação fotográfica do titular e é estendida para seus familiares, cujas fotografias individuais e coletivas, desde a infância até a idade adulta, constituem parte considerável do volume dos documentos iconográficos.

Outro aspecto que nos remete aos processos de construção de memória diz respeito a certa parcialidade, perceptível, ao nosso julgamento, no conjunto de documentos do arquivo pessoal. Em pesquisa realizada com os documentos físicos, em 2022, pudemos observar que a maioria dos itens é voltada ao reforço invariavelmente positivo de uma certa imagem do titular

como editor pioneiro, desbravador cultural, *self made man* do campo editorial e outros adjetivos que cumprem função laudatória. Não estamos aqui contradizendo esses atributos, facilmente verificáveis nessa história de vida. Porém, em nossa avaliação, faltam ao arquivo documentos que proporcionem visões menos totalizantes da atuação do editor e que abram brechas para discussões certamente produtivas sobre um mercado editorial que, desde que se estabeleceu no país, vive de crise em crise.

Essa constatação nos faz refletir sobre os sentidos que os documentos de arquivo são capazes de engendrar, e também considerar o arquivo como um dispositivo para a produção de narrativas sobre o passado, conforme alude a antropóloga Luciana Heymann (1998) ao abordar o caráter construído dos arquivos, “tanto no sentido da intencionalidade que preside a acumulação documental quanto no da multiplicidade de interferências a que podem estar submetidos” (Heymann, 1998, p. 69). A memória arquivística ancorada em discursos que produzem sentidos positivos também nos faz refletir sobre a ilusão biográfica, teorizada por Bourdieu (1996) ao abordar a tendência comum aos trabalhos que envolvem trajetórias humanas de dotar de coerência e linearidade os acontecimentos da vida de determinado personagem, supondo-se que suas escolhas foram definições individuais e sem a influência dos condicionantes sociais.

Nos documentos do arquivo Zahar, por exemplo, identificamos apenas uma história de insucesso editorial: a negociação frustrada pela obtenção dos direitos de edição em português de ensaios do escritor Thomas Mann, originalmente sob propriedade da editora alemã Fischer Verlag. Este era um dos projetos mais acalentados pelo editor e para o qual ele realizou longa série de entendimentos ao longo de três anos, por meio de correspondências com a detentora dos direitos e com agentes literários que negociam a publicação de obras de Mann pelo mundo. Ao final, verificou-se que os direitos de publicação desses textos em português já haviam sido adquiridos anteriormente pela editora concorrente Perspectiva, de São Paulo, sem previsão de lançamento no Brasil. Em nossa leitura, essas correspondências figuram no arquivo não para ressaltar o insucesso de Zahar nessa negociação, mas, sim, para reforçar aspectos positivos de sua biografia, como a obstinação em obter os direitos e assim publicar as obras, que, destarte sua importância cultural, permaneciam inéditas no país, além da ética com que conduzia suas negociações no campo editorial nacional e internacional.

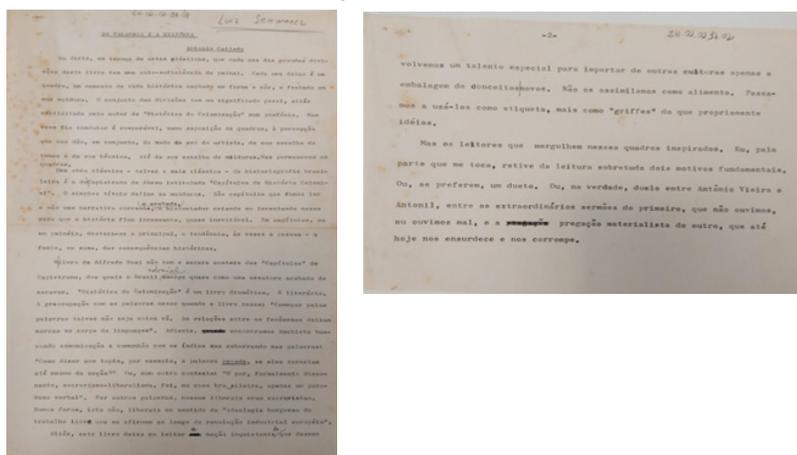
4 AS PALAVRAS E A HISTÓRIA

Passemos, nesta e na próxima seção, às análises de dois documentos textuais que integram o arquivo pessoal de Jorge Zahar utilizando-nos de uma perspectiva de abordagem etnográfica dos processos de produção desses artefatos, o que envolve a investigação dos contextos sociais, históricos, culturais, os agenciamentos, os usos, a circulação social e os sentidos conferidos pelas narrativas que apresentam.

Ao nos debruçarmos sobre esses documentos apontando a etnografia como uma possibilidade metodológica, a fim de suprir lacunas de entendimento em sua análise, intencionamos chegar a uma compreensão o mais abrangente possível de seu conteúdo e, assim, estabelecer de fato a relevância desses itens para o arquivo ao qual pertencem e, em um cenário mais amplo, para abordagens historiográficas.

O primeiro deles, o datiloscrito “As palavras e a história”, de autoria de Antonio Callado, sem data e local de produção (figuras 1 e 2), é relevante, em nossa avaliação, por ser um escrito presumivelmente inédito do autor. Além do caráter de ineditismo, um texto com a assinatura do jornalista e escritor, dada sua importância para a cultura brasileira, não pode ser considerado trivial.

Figuras 1 e 2 – Callado, A. As palavras e a história, datiloscrito, s.d.



Fonte: Fotos do autor

Legenda: Callado, A. As palavras e a história, datiloscrito, s.d. Arquivo Jorge Zahar, FGV CPDOC (2022)

Conforme atesta o filósofo Eduardo Jardim (2017), Antonio Callado foi personagem central no cenário da literatura, da cultura e da intelectualidade brasileira, especialmente depois do golpe que implantou a ditadura militar no país, em 1964. Como jornalista, produziu grandes reportagens de campo, a exemplo da investigação sobre a suposta ossada do explorador inglês Percy H. Fawcett, que desapareceu na região do Xingu, Mato Grosso, na década de 1920, realizada para o *Correio*

da Manhã, em 1953, em que testemunhou *in loco* a cultura, o modo de vida e os rituais indígenas; a abordagem dos conflitos agrários no Nordeste brasileiro, na série de reportagens “Tempo de Arraes”, para o *Jornal do Brasil*, em 1963, em que documentou a experiência das ligas camponesas surgidas no governo de Miguel Arraes em Pernambuco; e, ainda, a cobertura da Guerra do Vietnã, em 1968.

Essas reportagens foram publicadas nos livros *O esqueleto na lagoa verde: ensaio sobre a vida e o sumiço do coronel Fawcett* (1953); *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência* (1964); e *Vietnã do Norte: advertência aos agressores* (1969). Também subsidiaram a ficção, no caso do romance *Quarup* (1967), a principal obra literária de Callado, cuja trama tem como pano de fundo o ritual mortuário homônimo realizado pelos índios xinguanos. O autor definia essa obra como um “romance de deseducação” (Jardim, 2017, p. 34), no sentido de despojamento de todos os dogmas para o enfrentamento da opção pela radicalização política com a luta armada.

Para Jardim (2017), a produção de Callado contribui para uma compreensão do pensamento crítico do autor sobre a história brasileira, ao abordar questões como os movimentos de revolta popular e seu caráter messiânico; ou ainda os processos de formação do caráter e da identidade nacional. Revelam também sua intervenção pública engajada e militante contra a ordem vigente no período: o regime militar.

Além da autoria, outra camada de importância reveste o documento sobre o qual nos detemos, já que se trata, em nosso entendimento, de uma apreciação crítica elaborada por Callado de uma das obras referenciais para os estudos literários brasileiros: *Dialética da colonização*, do crítico literário Alfredo Bosi (1936-2021) (BOSI, 1996). Publicado em 1992, o volume reúne ensaios concebidos entre os anos 1970 e 1980 que sintetizam o pensamento do autor sobre o processo de formação do cânone literário brasileiro desde o período colonial, com a produção de José de Anchieta (1534-1597), Padre António Vieira (1608-1697) e André Antonil (1649-1716), em uma abordagem de longo alcance que contempla a história social, cultura, economia e política.

Em detrimento de ser uma peça de escrita sucinta, a análise do livro de Bosi elaborada por Callado proporciona uma mirada sobre as referências literárias, intelectuais e culturais do jornalista e escritor, ampliando, tanto quanto possível, a abordagem de Jardim (2017), especialmente no que concerne à visão de Callado sobre a história, como veremos adiante.

A tarefa a que nos propomos se inicia com o estranhamento desse documento: a ausência de data e de local de criação, por exemplo, torna mais difícil situar o texto em uma perspectiva

cronológica na produção escrita e na trajetória e biografia de Callado. O que há por certo é que o documento foi concebido posteriormente ao lançamento de *Dialética da colonização*, em 1992. No entanto, o estranhamento provocado pela ausência de dados que seriam relevantes ao entendimento do documento é, mais do que um fator de complicação à análise, algo positivo, já que desperta no pesquisador o “instinto etnográfico”, como conceitua a antropóloga Mariza Peirano (Peirano, 2014, p. 378). A definição da autora é útil para descrever os impasses colocados pelos objetos de pesquisa, que nos levam a questionar de forma crítica sua procedência, seu propósito, seu uso, sua destinação, nos tornando, assim, “agentes na etnografia”, já que o estranhamento “é uma ferramenta fundamental na pesquisa antropológica”. (Peirano, 2014, p. 378).

Para a sorte deste pesquisador, os documentos de arquivo tanto omitem quanto fornecem informações para seu entendimento. No caso do texto assinado por Callado, a materialidade da peça se impõe, com a aposição a lápis, na parte superior da primeira página datilografada, do nome do editor Luiz Schwarcz, da Cia. das Letras, responsável pelo lançamento do livro de Bosi, em caligrafia que se revela ser de Jorge Zahar, comprovável em outros documentos do arquivo pessoal. Schwarcz foi uma das personalidades mais relevantes da rede de sociabilidade de Zahar, com quem estabeleceu abrangente parceria de trabalho e relação de amizade a partir dos anos 1980, com o surgimento de sua editora, em São Paulo. A citação a seu nome inserida por Zahar no datiloscrito de Callado nos leva a um outro patamar de aprofundamento acerca do documento, em que é possível levantar hipóteses sobre sua produção.

O questionamento que direciona o olhar etnográfico para esse documento passa a ser então: por que um texto crítico sobre obra de outra editora se encontraria entre os papéis da Editora Zahar? A ausência de informações a esse respeito se configura como um enigma para a pesquisa, o que reforça o entendimento de que, pelo caráter em dada medida fragmentário dos documentos que compõem os arquivos, sejam eles de personalidades ou de instituições públicas, os quais, muitas vezes, apresentam peças isoladas, únicas, apartadas de um conjunto ou série de itens que torne efetivo estabelecer relações de pertença a um contexto específico ou a um determinado tema, um caminho seria adotar uma abordagem que investigue as condições de produção desses itens.

Pode-se inferir que a apreciação crítica sobre a obra de Bosi tenha sido encomendada por Zahar a Callado, seu amigo, como atesta trecho de entrevista realizada pelo jornalista Paulo Roberto Pires com o editor, reproduzida no volume dedicado à sua biografia: “[...] Callado foi alguém com

quem estive a vida inteira, mesmo que o vendo de tempos em tempos [...]” (PIRES, 2017, p. 262). Porém, não é possível determinar para qual finalidade nem o uso que foi feito da análise de Callado, que necessitam ser levantados em uma abordagem etnográfica que envolva, por exemplo, a coleta de depoimentos de personagens envolvidos com a história da Zahar, como a editora Ana Cristina Zahar, que sucedeu o pai na companhia editorial familiar em razão de seu falecimento, em 1998.

Ao tentar entender o contexto em que surgiu esse documento, é importante também refletir sobre os personagens envolvidos em sua produção. Como editor de obras referenciais das ciências humanas e sociais, a rede de sociabilidade de Zahar se constituiu, em grande parte, pela interlocução com profissionais de seu campo, como Schwarcz e Callado, e da academia, como Bosi. Desta forma, não é improvável supor que a análise de *Dialética da colonização* tenha sido um pedido de Schwarcz a Zahar. Consciente da importância dessa obra de Bosi para os estudos literários brasileiros, o editor teria cercado de cuidados a solicitação de seu colega, chamando para a tarefa Callado, um intelectual cuja produção jornalística e literária é em grande parte informada pela história. Infere-se assim a influência do editor experiente sobre seu campo e seu papel como mediador das várias instâncias de produção da cultura impressa, segundo acepção de Sorá (2015).

Além da investigação do contexto de produção e da trajetória de um documento, a abordagem etnográfica também se estende à análise de seu conteúdo. No caso de “As palavras e a história”, a apreciação crítica de *Dialética da colonização* por Callado se concentra nos aspectos formais da obra, em referências e diálogos que ele vislumbrou entre o livro de Bosi e outros estudos e autores e em considerações sobre a relação entre literatura e escrita histórica. O conteúdo se inicia com uma aproximação, com peso de metáfora, entre os capítulos da publicação e uma exposição de artes plásticas, em que cada quadro é uma unidade independente e com características diversas dos demais, porém com a capacidade de, no conjunto, fornecer um entendimento geral do que está exposto e das intenções formais, técnicas e conceituais do artista.

Para Callado, *Dialética da colonização* é composta de capítulos estanques, que se assemelhariam aos quadros da metáfora utilizada, cada um com sua independência, sem, contudo, deixar de fornecer uma ideia geral do todo. A observação é pertinente na medida em que se sabe que o livro é, na verdade, uma compilação de ensaios escritos em períodos distintos, que, reunidos, cumprem a missão de sintetizar a reflexão do autor sobre temas da literatura, da cultura e da história. Ao parecerista isto não é um demérito do livro e, para validar a escolha narrativa do crítico literário,

Callado recorre ao exemplo de uma obra clássica em que foi utilizado o mesmo expediente do relato histórico “em quadros e painéis”, e que circunscreve o mesmo período da análise de Bosi: o livro *Capítulos de história colonial (1500-1800)*, escrito em 1907 por Capistrano de Abreu (ABREU, 1998). À parte a abordagem fragmentada, quadro a quadro, e as diferenças de estilo da escrita – Capistrano mais seco e austero; Bosi mais dramático e literário, na avaliação de Callado –, ambos autores acabam por estabelecer nexos em suas abordagens históricas.

O estilo literário da escrita de Bosi é o que leva Callado a uma reflexão sobre a relação entre as palavras e a história, tema e título de sua análise crítica. A preocupação com a palavra, e por extensão a linguagem, o discurso e a comunicação, permearia a teoria literária de Bosi e seria o elemento vital de sua abordagem histórica, de acordo com Callado. Ao nosso juízo, a centralidade da palavra para o entendimento dos fenômenos históricos é tão pertinente no contexto contemporâneo, das guerras de narrativas ideológicas, disputas pela hegemonia do discurso, pós-verdade e tentativas de revisionismo, quanto o fora na sociedade colonial analisada pelo autor da *Dialética*.

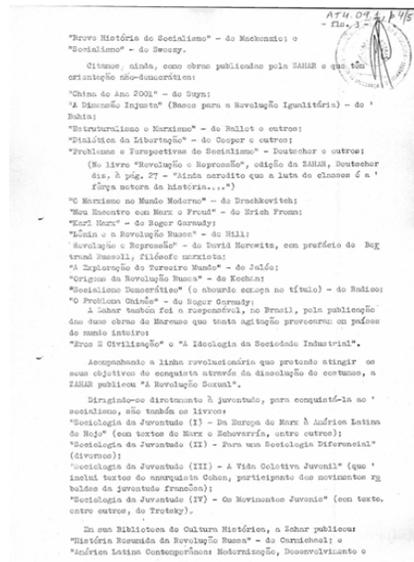
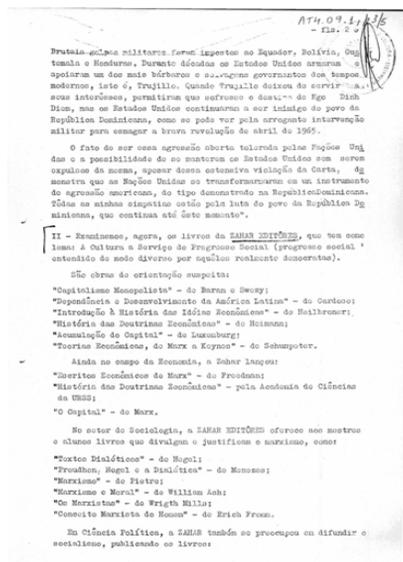
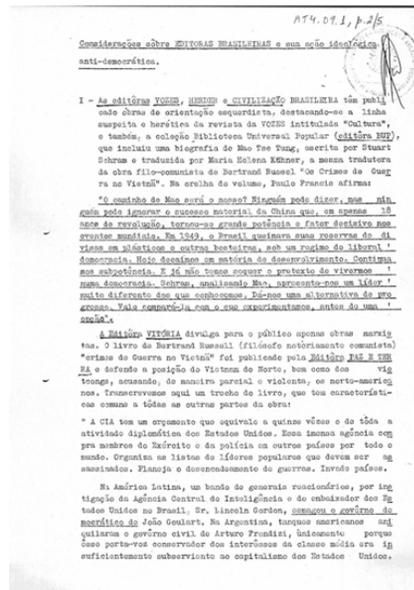
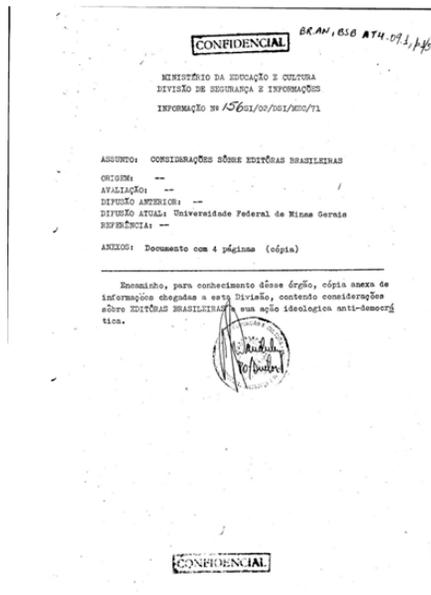
Entre os fragmentos do livro de que Callado se utiliza para exemplificar a análise da relação entre a palavra e a história, chama atenção a abordagem sobre a desconexão entre o liberalismo europeu do século XIX, calcado no trabalho livre, e o liberalismo posto em prática na sociedade escravista brasileira do mesmo período. Bosi classifica como “paradoxo verbal” a junção que se fez no Brasil entre o liberalismo e o escravismo, ecoando o sociólogo Roberto Schwarz, em outro livro seminal para o entendimento da relação entre a literatura e a história brasileira: *Ao vencedor as batatas*, sobre o cenário e os condicionantes sociológicos do período em que viveu e produziu Machado de Assis, o qual contempla o ensaio “As ideias fora do lugar”, em que a má apropriação da palavra e do conceito de liberalismo no Brasil é apontada (Schwarz, 1992).

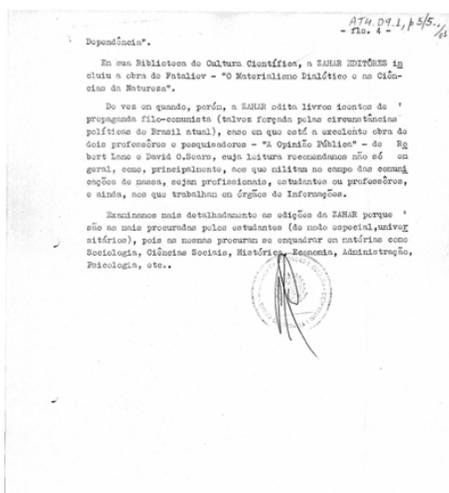
Estendendo a análise de Bosi sobre o par liberalismo-escravismo, Callado reflete sobre a prática, ou como ele classifica, o “talento brasileiro”, de importar apenas a “embalagem” de conceitos pertencentes a outras culturas, que são vivenciados aqui apenas como “grifes” ou “etiquetas”. Nessa operação, é a palavra e o discurso que novamente ganham relevância, ao escamotear o sentido real das ideias, torná-las ocas ou fora do lugar.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE EDITORAS BRASILEIRAS

O segundo documento selecionado do arquivo que analisamos, “Considerações sobre Editoras Brasileiras” (figuras 3 a 7), datado de 1971 e produzido pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, desperta-nos o “estranhamento” que move o “instinto etnográfico”, nas palavras de Peirano (2014: 378), primeiramente pela situação de um documento de natureza confidencial e caráter oficial, já que produzido por um órgão da esfera pública federal, estar integrado a um arquivo pessoal. Trata-se de uma cópia do original feita em papel-ofício, que, resumidamente, como o próprio nome diz, apresenta considerações sobre a linha editorial e as publicações de algumas editoras brasileiras, entre elas a Zahar.

Figuras 3 a 7 – Considerações sobre Editoras Brasileiras, 1971





Fonte: Arquivo Nacional

Legenda: Considerações sôbre Editôras Brasileiras, 1971 Arquivo Jorge Zahar, FGV CPDOC (2022)

Na capa do documento, lê-se o texto: “Encaminho para conhecimento dêsse órgão, cópia anexa de informações chegadas a esta Divisão, contendo considerações sôbre EDITÔRAS BRASILEIRAS e sua ação ideológica anti-democrática” [*mantivemos a ortografia e as palavras em maiúsculas do original*]. Nas páginas seguintes, são feitos comentários sobre editoras como Vozes, Herder e Civilização Brasileira, “que têm publicado obras de orientação esquerdista” ou cuja linha [editorial] é “suspeita e herética”, de acordo com o documento. Um trecho do texto de orelha criado pelo jornalista Paulo Francis para a biografia de Mao Tsé-tung, de Stuart Scharam, edição da Vozes, é destacado entre aspas e sublinhado com traço. Outro trecho apresentado é o de *Crimes de guerra no Vietnã*, de Bertrand Russell (caracterizado no documento como “filósofo notoriamente comunista”), publicado pela Editora Paz e Terra. A obra é descrita neste documento oficial como uma “acusação parcial e violenta aos norte-americanos”.

Quanto à Zahar, o relatório traz uma lista de obras que considera de “orientação não-democrática”; destaca a frase “ainda acredito que a luta de classes é a força motora da história”, do livro *Revolução e repressão*; avalia o livro *Socialismo democrático* com a frase “o absurdo começa no título”; dá conta de que a editora publicou *Eros e a civilização* e *A ideologia da sociedade industrial*, de Herbert Marcuse, “que tanta agitação provocaram em países do mundo inteiro”, ou ainda *A revolução sexual*, “acompanhando a linha revolucionária que pretende atingir os seus objetivos de conquista através da dissolução de costumes”. Ao final do documento, o

parecerista abranda o tom da crítica à editora: “De vez em quando, porém, a Zahar edita livros isentos de propaganda filo-comunista...” Como exemplo, cita a publicação *A opinião pública*, “cuja leitura recomendamos [...]”. E conclui, informando: “Examinamos mais detalhadamente as edições da ZAHAR porque são os mais procurados pelos estudantes (de modo especial, universitários) [...]”.

Ao nos depararmos com esse documento no início de nossa jornada de pesquisa, foi inevitável a sensação de estranhamento também pelo conteúdo que apresenta, já que nunca devemos deixar de nos indignar perante documentos produzidos pelos órgãos de controle e cerceamento de liberdades implantados no decorrer do período ditatorial – peças que remontam a um regime de exceção e poder arbitrado à força que esperamos nunca mais retornar ao país. Por meio dos livros que editava, Jorge Zahar era gravemente acusado, nessa peça inquisitória, de ser subversivo, antidemocrata, de publicar autores filiados ao comunismo, de conspirar contra os costumes.

Ao mesmo tempo, o “instinto etnográfico” fez-nos questionar acerca da presença de um documento com esta gravidade em lugar tão nobre no arranjo original do arquivo. Respeitando a organização do fundo realizada por seus doadores antes da entrega à instituição de guarda, tratava-se do segundo item da primeira pasta. Imediatamente, começamos a nos fazer uma série de perguntas sobre as circunstâncias da existência dessa peça, por exemplo: o que a posição privilegiada do documento, em relação aos demais do conjunto, poderia indicar? De que forma o documento oficial chegou ao conhecimento do editor e de seus herdeiros, doadores do arquivo? Qual foi o percurso que esse documento percorreu antes de se integrar ao acervo pessoal do editor? Qual a repercussão que obteve para os negócios da Zahar? Qual a repercussão do documento no meio editorial, já que faz julgamentos, em nossa opinião, descabidos sobre publicações não só dessa editora, mas também de outras?

Uma pista inicial para que começássemos a ter uma visão crítica sobre esse documento foi dada pelo próprio nome da subpasta em que se encontrava, “Originais da expo”, que reunia alguns dos documentos expostos ao público quando da exposição em homenagem aos dez anos de falecimento do editor, no Rio de Janeiro, em 2008. Ou seja, para além de revelar seu conteúdo explicitamente refratário à livre circulação de ideias, a pertinência da integração deste documento à exposição e, posteriormente, ao arquivo pessoal também se reveste de

símbolos importantes para a compreensão da biografia do editor, de seu legado e memória. Ao lê-lo, pode-se logo levantar hipóteses sobre a perseguição da ditadura a Zahar, se sua editora sofreu os rigores da censura implantada pelos militares, se obras de seu catálogo entraram para a famosa “lista negra dos livros vermelhos”,³ se ele teve prejuízos em seus negócios em decorrência de seu posicionamento político... Ou seja, imediatamente se faz a identificação do editor como um opositor, ou mesmo vítima, do regime.

Todas essas hipóteses se comprovam em estudos acadêmicos, artigos de imprensa, entrevistas dadas pelo titular e outras fontes que consultamos paralelamente à pesquisa no arquivo. Os estudos sobre a história editorial do Brasil, sobre a Editora Zahar e sobre este personagem em especial ratificam o posicionamento de Zahar em defesa da democracia, o que de certa forma o protagonismo do relatório sobre as editoras brasileiras a que nos referimos, ao integrar a exposição e de certa forma abrir a série de documentos do arquivo, também confirma.

Como ressaltamos anteriormente, os arquivos pessoais são voltados para a construção de memória e legado de seus titulares, e, para tanto, procuram, por meio dos documentos que reúnem, ressaltar aspectos meritórios de sua atuação, destacando os pensamentos, a intervenção social, o que, invariavelmente, opera um reforço positivo acerca da biografia desses personagens. O arquivo pessoal de Jorge Zahar não é diferente dos demais, neste sentido. Assim, o posicionamento político contrário à ditadura fica evidente, mesmo que de forma simbólica, pelo documento que analisamos. Essa constatação nos remete ao que observa o antropólogo Celso Castro acerca dos valores associados aos documentos, “como os de prova e informacional ou ainda o valor deles como artefato, como elemento de associação emocional que tem a capacidade de tornar real o passado” (Castro, 2008, p. 12).

Mas, como Castro (2008) também salienta: “Não se deve ter uma visão ingênua, não crítica ou idealizada a respeito da memória social e dos documentos/monumentos nos quais ela se encontra ‘objetivada’” (Castro, 2008, p. 12). Ao contrário, segundo o autor devemos:

[...] desnaturalizar [...] ‘visão ingênua’ sobre o que é um arquivo, por uma perspectiva que enfatiza sua ‘gênese’. Isto é, que ajude a perceber o processo de sua constituição: a lógica que preside a seleção do mesmo, os métodos pelos quais é organizado e suas condições de acesso”. (Castro, 2008, p. 12).

3 A “lista negra dos livros vermelhos” foi uma expressão usada no contexto da ditadura militar brasileira para designar a apreensão de livros sob o pretexto de terem orientação marxista ou comunista e a censura ao mercado editorial por parte da polícia política que se instalou no período, representada, entre outros órgãos, pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS-RJ). Sobre o tema, recomendamos a leitura da tese de Pereira (2010).

O documento “Considerações sobre Editoras Brasileiras” pode ser tomado como um artefato que proporciona uma visão pública sobre o controle e a censura ao mercado editorial brasileiro pelos órgãos da repressão do período militar e sobre a luta desigual entre as forças no poder e a resistência da sociedade civil ao arbítrio. A ação dos órgãos do regime ditatorial sobre a produção de livros nesse momento de exceção é representada, por exemplo, nos comentários e julgamentos que compõem o texto do documento, orientados pela “caça às bruxas” contra a circulação de ideias que supostamente remetessem ao comunismo.

No entanto, deve-se considerar que se trata de uma peça que originalmente não pertencia ao arquivo de Jorge Zahar, mas que foi pensada a ele em dado momento (provavelmente, como indica a pasta em que a cópia em papel-ofício se encontrava, na produção da exposição em homenagem ao editor, que já comentamos). Originalmente, esse documento faz parte de dois fundos arquivísticos depositados no Arquivo Nacional – Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais e Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília – e pode ser acessado digitalmente pelo Sianex, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional.⁴

O mesmo sistema revela outros documentos em que os livros da Zahar passaram por avaliações de órgãos que compunham o arcabouço da ditadura militar, a exemplo do Serviço Nacional de Informação (SNI), criado em 1964. E não só a vida profissional de Zahar esteve na mira do regime de exceção. No fundo do SNI, encontramos, por exemplo, um relatório, denominado “Zahar uma antiga subversiva que retornou ao país”, que dava ciência do retorno ao Brasil e detenção imediata de Ana Cristina Zahar e seu marido, Vicente Ribeiro, para interrogatório, em 1977, depois de se exilar na Europa para evitar a prisão por sua militância estudantil, considerada subversiva pelos órgãos de repressão.⁵ Antes disso, em 1970, a filha mais velha do editor, Ana Maria, fora detida sob a mesma alegação de atividade subversiva. As histórias dessas detenções e dos agravamentos à vida íntima dos Zahar são relatadas em Pires (2017).

Assim, a procedência do documento “Considerações sobre Editoras Brasileiras”, seu uso em uma exposição e sua incorporação ao arquivo pessoal são elementos importantes para que se possa pensar sobre as intenções de sua presença no conjunto de documentos e

4 Códigos de identificação do documento: BR DFANBSB AT4 (Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais) e BR DFANBSB AA1 (Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília).

5 Código de identificação do documento: BR DFANBSB V8 BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77100393 - regresso de subversiva ao brasil. ...infe com avaliação b. - Dossiê - ARQUIVO.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77100393_d0001de0001.pdf

de sua posição estratégica entre os primeiros artefatos a que se tem acesso em uma consulta aos materiais físicos, como foi o caso da pesquisa que realizamos no começo de 2022, antes de serem organizados e digitalizados pela instituição detentora do arquivo na atualidade.

Ao constar do arquivo pessoal de Jorge Zahar, o relatório confidencial, concebido num dos momentos mais agudos da ditadura, tem, em nossa opinião, o valor de posicionar, pelo estatuto da prova, a biografia do editor ao lado de boa parte da intelectualidade brasileira perseguida e torturada pelo regime militar. No enclave entre visão pública e representação de dado contexto histórico se encontra o arquivo, agente na construção social da realidade, ao incorporar documentos que validam trajetórias individuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, ocupamo-nos em apresentar uma síntese descritiva do arquivo pessoal de Jorge Zahar, entender as razões que presidiram sua organização e iluminar alguns itens que representam as fortalezas desse conjunto documental. Ao nos debruçarmos sobre a apreciação crítica “As palavras e a história”, de Antonio Callado, e o relatório confidencial “Considerações sobre Editôras Brasileiras”, procuramos apontar a etnografia de arquivos e documentos como uma possibilidade metodológica para o levantamento dos contextos de produção, agenciamento, circulação e usos desses artefatos, a fim de suprir lacunas em seu entendimento. Nossa intenção foi iniciar uma aproximação com esses itens e, assim, verificar sua relevância para o arquivo e, em um cenário mais amplo, para a escrita da história.

Este modelo de análise presidirá nossos investimentos futuros nos documentos do arquivo, no encaminhamento de nossa pesquisa de doutoramento, tendo como foco as correspondências que integram o arquivo Zahar. Por ora, entendemos ser importante pontuar o potencial e, por que não, a riqueza das fontes primárias de arquivos pessoais, que, por apresentar fragmentos, episódios de uma determinada biografia, muitas vezes sem nexos aparentes, conclamam o olhar atento e o compromisso com a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226p.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 412p.

AZEVEDO, F. C. de. **Editar livros, sonho de livreiros: os Zahar e o livro no Brasil (1940-1970)**. 2018. 401f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. Trad. Luiz Alberto Monjardim et al. In: FERREIRA, Marieta (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996, pp. 183-91.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004. 86p.

CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 59p. (Coleção Passo a Passo, v. 82)

FERREIRA, J. P. (org.). **Jorge Zahar**. São Paulo: Edusp/ComArte, 2001. 65p. (Editando o Editor; vol. 5)

FREIRE, L. **Etnografia de documentos**, 2021. Podcast. Duração: 5min18s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sbQq0PWtN3w/> Acesso em: 3 dez. 2022.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Acervo**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos pessoais>. Acesso em 3 dez. 2022.

HEYMANN, L. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 2013. p. 67-76.

JARDIM, E. Literatura é documento. In: JARDIM, E. **Tudo em volta está deserto: encontros com a literatura e a música no tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. p. 18-53.

MICELI, S. Jorge Zahar, editor pioneiro. In: FERREIRA, J. P. (org.). **Jorge Zahar**. São Paulo: Edusp/ComArte, 2001. 65p. p. 19-23. (Editando o Editor; vol. 5)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. **Considerações sobre Editôras Brasileiras**, 1971. SIAN: Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at4/0/0/0346/br_dfanbsb_at4_0_0_0346_d0001de0001.pdf/ http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_AA1/0/INF/0077/BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0077_d0001de0001.pdf/ Acesso em: 6 dez. 2022.

NÓBREGA, L. **Editores e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)**. 2019. 288f, Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015/> Acesso em: 6 dez 2022.

PEREIRA, L. L. C. **A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política do Rio de Janeiro**. 556f. Tese – Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia Social, 2010.

PIRES, P. R. **A marca do Z**. A vida e os tempos do editor Jorge Zahar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 295p.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Zahar uma antiga subversiva que retornou ao país**, 1977. SIAN: Serviço de Informações do Arquivo Nacional. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/77100393/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77100393_d0001de0001.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p. 1-16.

SORÁ, G. Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América Latina. **Fontes**, Córdoba, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, n. 3, 2015-2, pp. 15-28.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

1 – Marco Aurelio Fiochi

Fundação Getulio Vargas, Doutorando

<https://orcid.org/0000-0001-9186-5840> e e-mail: maufiocchi@gmail.com

Contribuição: Autor